

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 152

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE DEZEMBRO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pestuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 2301

Curitiba, 03.12.2002.

Senhor Presidente:

É com satisfação que encaminho a V. Exa. anteprojeto de lei e respectiva justificativa, dispondo sobre a cria-

ção do cargo de Oficial de Promotoria Nível I para compor o Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Tal medida visa aumentar a eficiência e eficácia do corpo funcional do Ministério Público paranaense, criando um quadro efetivo de servidores para prestar apoio às Promotorias de Justiça, com atribuições de auxiliar o promotor de Justiça, na realização de diligências na busca de elementos informativos e provas necessárias às atividades das Promotorias, cujos cargos serão providos mediante habilitação em concurso público, para melhorar a qualidade no atendimento das demandas sociais que buscam no Ministério Público o primeiro caminho de acesso à Justiça.

Contando com a habitual atenção para os altos interesses do Ministério Público do Estado do Paraná, que sempre caracterizou a atuação parlamentar de V. Exa. e certo de contar com seu integral apoio à pretensão ora manifestada, consigno a garantia de minha mais elevada consideração.

Sala das Sessões, em 04.12.2002

(a) MARIA TEREZA UILLE GOMES

Procuradora Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam criados, no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, 200 (duzentos) cargos de oficial de promotoria Nível I para compor o Quadro de Servidores efetivos da Instituição.

Art. 2º - Fica o Ministério Público do Paraná autorizado a regulamentar a lotação e movimentação dos servidores em razão da necessidade do serviço.

Art. 3º - A investidura no cargo efetivo, criado na forma do art. 1º, dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

Art. 4º - Os vencimentos dos servidores que preencherão os cargos criados na forma do art. 1º desta Lei, são os constantes da Tabela Única, Anexo I.

Art. 5º - Os cargos criados na forma do art. 1º, serão providos na medida da necessidade do serviço e da disponibilidade orçamentária do Ministério Público, passando os nomeados para ocupá-los a integrar o Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo regidos pela lei respectiva.

Art. 6º - O provimento do cargo criado na forma do art. 1º desta lei, dar-se-á no nível inicial de vencimento do Grupo Ocupacional Básico 1, Anexo I.

Art. 7º - Quanto aos critérios de progressão do servidor na carreira, aplica-se o disposto no art. 5º, incisos I e II da Lei nº 11455, de 10 de julho de 1996.

Art. 8º - A descrição das tarefas, atribuições e especificações do cargo de que trata o art. 1º, serão definidas em regulamento, a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça

Art. 9º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a criação de 200 (duzentos) cargos de Oficial de Promotoria nível I para compor o quadro de servidores efetivos do Ministério Público do Paraná, com atribuições de executar diligências de busca de elementos informativos e provas necessárias às atividades das promotorias, de acompanhar o promotor de Justiça em qualquer diligência e ato processual, bem como de realizar tarefas de apoio nas atividades meio e fim das promotorias, cujos cargos serão providos mediante habilitação em concurso público, por candidatos que comprovarem no mínimo ter concluído o ensino fundamental ou equivalente.

É relevante informar que o Quadro dos Servidores do Ministério Público é um quadro extremamente reduzido, congregando atualmente 395 (trezentos e noventa e cinco) servidores ativos para o atendimento de todo o Estado; quadro este insuficiente para atender com qualidade, celeridade e eficácia todas as áreas da atividade meio e fim, quer em relação aos serviços auxiliares, quer na atividade de apoio administrativo do Ministério Público no âmbito estadual.

A proposta de criação dos referidos cargos é plenamente justificada pelo reconhecido aumento das demandas sociais que buscam no Ministério Público o primeiro caminho de acesso à Justiça e, por conseguinte, impactando também no aumento das atribuições do Ministério Público a partir da Lei Complementar Federal nº 40/81 (Lei Orgânica Nacional do Ministério) e, ainda mais intensamente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A atuação do Ministério Público em áreas como a proteção ao patrimônio público, ao meio ambiente, à infância e juventude, à saúde pública, à educação, ao consumidor, aos direitos humanos e às pessoas portadoras de deficiência, assim como nas questões fundiárias, entre outras, bem refletem a necessidade absoluta de dotar a instituição de recursos humanos e materiais adequados às demandas sociais e a manutenção de um satisfatório nível de desempenho e produtividade perante os órgãos judiciários e à sociedade.

O impacto anual da presente proposta, que terá efeito somente a partir do exercício financeiro e 2003,

totalizará o valor de 1.222.936,00 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e trinta e seis reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Ministério Público, não comprometendo o limite de gastos com pessoal e encargos da Instituição, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar 101/200 - LRF, passando a despesa total para algo em torno de 1,60% (um vírgula sessenta por cento) da receita Corrente Líquida, portanto abaixo do limite prudencial definido pela referida Lei de Responsabilidade Fiscal (1,90%, cf. artigo 22, parágrafo único).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS

Tabela Única		Tabela Única	
Grupo Operacional Básico I Oficial de Promotoria		Grupo Operacional Básico I Oficial de Promotoria	
Nível	Valor	Nível	Valor
01	470,36	12	651,08
02	484,47	13	670,61
03	499,00	14	690,73
04	513,97	15	711,56
05	529,39	16	732,80
06	545,27	17	754,78
07	561,63	18	777,43
08	578,85	19	800,75
09	595,83	20	824,77
10	613,71	21	849,51
11	632,12	22	875,00

OFÍCIO Nº 2.638

Curitiba, 04 de dezembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. anteprojeto de lei e respectiva justificativa, dispondo sobre a incorporação ao vencimento básico do Quadro de Servidores do Ministério Público do Paraná a Gratificação de Assiduidade instituída pela Lei nº 13.628, de 11 de junho de 2002.

A presente proposta tem por objetivo conferir aos servidores do Quadro do Ministério Público igual tratamento dado pelo artigo 39, da Lei nº 13.757, de 09 de setembro de 2002, aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo Estadual, assegurando, assim, a isonomia constitucional entre os servidores públicos estaduais,

Contando, mais uma vez, com a habitual atenção que V. Exa. tem dedicado aos altos interesses do Ministério Público do Estado do Paraná, e certo de contar com

seu integral apoio à pretensão ora manifestada, consigno a garantia de minha mais elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) MARIA TEREZA UILLE GOMES
Procuradora-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ANTEPROJETO DE LEI Nº/2002

SÚMULA:

Incorporar a gratificação por assiduidade ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público.

Art. 1º - Fica incorporado ao vencimento básico do Quadro de Servidores do Ministério Público do Paraná a gratificação de R\$100,00 (cem reais), dada a título de assiduidade pela Lei nº 13.628, de 11 de junho de 2002.

Art. 2º - As tabelas I, II e III do anexo da Lei nº 13.615, de 05 de junho de 2002 passam a vigorar com os valores do Anexo a esta lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correção à conta de dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a contar de 01 de outubro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto propõe a incorporação da gratificação de R\$100,00 (cem reais), dada a título de assiduidade pela Lei nº 13.628, de 11.06.2002, ao vencimento básico dos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público.

A presente proposta tem por objetivo conferir aos servidores do Quadro do Ministério Público o mesmo tratamento dado pelo artigo 39, da Lei 13.757, de 09.09.2002, aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo Estadual, assegurando, assim, a isonomia constitucional entre os servidores públicos estaduais.

Por igual, vem o presente anteprojeto reparar uma disparidade, verificada na Lei 13.628, de 11.06.2002, em relação aos servidores inativos e pensionistas, não obstante o preceito inserto no artigo 40, parágrafo 8º da Constituição Federal (reproduzido pelo artigo 35, parágrafo 8º da Constituição do Estado), vale dizer, da extensão aos inativos e pensionistas de qualquer vantagem ou benefício posteriormente concedido aos servidores em atividade. Na verdade, a gratificação de assiduidade, então instituída em benefício de todos os servidores em atividade (distinta, pois, de gratificação que pressupõe o exercício de determinada função), foi uma forma indireta de complemento de salário.

Impende ressaltar que, conforme estudos realizados no setor administrativo desta Instituição, o impacto financeiro (mensal) na folha de pagamento, na hipótese de incorporação, será de 0,13% em relação aos ativos (em face da repercussão do cálculo de gratificação por tempo de serviço sobre os R\$100,00 - cem reais - incorporados ao vencimento base e de 0,06% em relação aos inativos (apenas 44), então não contemplados com a vantagem pecuniária, tendo referida despesa viabilidade orçamentária.

Por igual, demonstrou o estudo realizado que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição (computados os ativos e inativos) no presente exercício (out/nov/dez), será de 0,0008093%, donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2628

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 371/2002, de autoria do deputado Nereu Moura, que cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná- FUNCB, institui as taxas de serviço e de exercício do Poder de Polícia.

Sala das Sessões, em 04.12.2002

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2630

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.12.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2619

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor José Freire de Gouveia, ocorrido no dia 03 de dezembro de 2002, na cidade de Santa Izabel do Ivaí.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua esposa senhora Tereza Sartori Gouveia, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Acrísio Leite de Oliveira, 447 - CEP 87910-000 Santa Izabel do Ivaí- PR.

Sala das Sessões, em 04.12.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2614

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Araruna, pela passagem de seus 48 anos de emancipação política, no dia 29 de novembro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Renato Toaldo, prefeito municipal e aos senhores vereadores da Câmara Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Araruna e organizadores pelo brilhantismo das festividades.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2616

Senhor Presidente:

O deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao piloto curitibano Ricardo Zonta, pela conquista da vitória na World Series, disputada no último final de semana no Autódromo Internacional de Curitiba.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jovem piloto curitibano Ricardo Zonta conquistou no último final de semana em Curitiba, o título da World Series, prova disputada no Autódromo Internacional de Curitiba. Zonta corre pela Equipe Gaboard Competición.

Já na primeira prova, o piloto, que havia conseguido a pole position, não teve dificuldades de manter-se em primeiro lugar. Na segunda prova, Zonta largou em segundo lugar, mas logo ocupou a dianteira e garantiu sua vitória, que foi a nona desta temporada, coroando seus 284 pontos, cuja somatória já havia garantido o título antecipadamente.

Competindo com outros grandes nomes, Zonta deixou o segundo colocado - o francês Franck Montagny - mais de 20 segundos para trás, numa corrida que teve várias emoções, entre acidentes, derrapadas e até a forte chuva curitibana que caiu sobre o autódromo pouco antes no início da segunda bateria. Após a largada, já na segunda volta, o piloto curitibano, aproveitando um erro do pole position da bateria - Karthelkyan - ultrapassou-o, após controlar seu carro que foi para grama.

Ricardo Zonta está classificado em primeiro lugar na 15ª e 16ª etapas e é o primeiro na classificação geral do Campeonato. É um orgulho para o Paraná e para o Brasil, pois eleva o nome do nosso Estado e do no nosso país no automobilismo mundial. Com um preparo técnico invejável e uma determinação sem precedentes, Zonta seguirá na frente, sem dúvida, até o final da TWS, cujas

duas últimas etapas serão em São Paulo, no Autódromo de Interlagos.

Estrela de primeira grandeza do nosso esporte, Ricardo Zonta vem conquistando títulos, despontando como jovem promissor na carreira automobilística e dando um belo exemplo de simplicidade, dedicação e amor às suas raízes, já que nunca deixa de destacar o Paraná em todos os cantos do mundo.

Parabéns Ricardo Zonta - pelas vitórias e pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo. Receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná (Supermercados Condor - Av. Winston Churchill, 2222 - Ctba-PR).

REQUERIMENTO Nº 2618

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Tamarana-PR, alusivos aos seus 06 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 13 de dezembro de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito Plauto Mitio Nakoaka, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Amadeu e Oliveira Lima, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Isaltino José Silvestre, 643 - CEP: 86127-000 - Tamarana-PR.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2620

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Nova Tebas-PR, alusivos aos seus 14 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 08 de dezembro de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito Nilo Klhen, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Teodozio Borges, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Belo Horizonte, 695 - CEP: 85250-970 - Nova Tebas-PR.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Marilândia do Sul-PR, alusivos aos seus 50 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 14 de dezembro de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito Jaime Rossi, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Alfo Dias de Souza, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Silvio Beligni, 200 - CEP: 86825-000 - Marilândia do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Ortigueira-PR, alusivos aos seus 50 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 14 de dezembro de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a prefeita Marlene de Oliveira matos de Paula, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Ari de Oliveira Mattos, através de correspondência a ser encaminhada a Rua São Paulo, 80 - CEP: 84350-000 - Ortigueira-PR.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2631

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Imbaú-PR, alusivos aos seus 06 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 08 de dezembro de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito Sidnei da Silva Mendes, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Antonio Bezerra, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Ivo Jangada, 267 - CEP: 84278-000 - Imbaú-PR.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2626

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Paulinho Dalmaz, diretor geral do DER - Secretaria de Estado dos Transportes, para que sejam tomadas as providências urgentes no sentido de que se faça recuperação do acostamento da Rodovia da Uva (PR-417), no município de Colombo-PR.

Justifica-se tal solicitação, atendendo a população daquela localidade, que clama pela recuperação do acostamento do trecho supra citado para maior segurança das comunidades que vivem às margens da referida PR, e

correm constantemente sérios riscos de vida, vez que o acostamento está sem condições de uso, com muitos buracos, necessitando com emergência da recuperação solicitada.

Que o presente requerimento seja encaminhado ao DER - Avenida Iguaçu, 420 - Centro - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2629

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Paulinho Dalmaz, diretor geral do DER - Secretaria de Estado dos Transportes, para que sejam tomadas as providências urgentes, instalando sinalização horizontal e vertical, colocação de catadióptricos (olho de gato) no trecho da Rodovia Contorno Norte (PR-418) que liga a Rodovia da Uva (PR-417) a Rodovia dos Minérios (PR-092).

Justifica-se tal solicitação, atendendo a população daquela localidade, que clama pela sinalização do trecho, bastante sinuoso, para que haja maior segurança tanto para as comunidades que vivem às margens da referida PR, e corem constantemente sérios riscos de vida, como para os motoristas que por lá transitam com muita dificuldade, especialmente à noite, devido à falta de sinalização adequada, que têm inclusive motivado inúmeros acidentes, até com vítimas fatais.

Que o presente requerimento seja encaminhado ao DER - Avenida Iguaçu, 420 - Centro - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDSON SATRAPASSON

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 755/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de Resolução, instituir o Quadro Próprio do Poder Legislativo e estabelecer as atribuições, vencimentos dos cargos e o acesso às respectivas classes.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2003.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VALDIR ROSSONI - Primeiro Secretário
ANTONIO ANIBELLI - Segundo Secretário

PROJETO DE LEI Nº 756/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado o Parque Estadual de Vila Velha, localizado no município de Ponta Grossa de Parque Estadual Riad Salamuni.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Riad Salamuni, doutor em Geologia, foi o primeiro reitor eleito da Universidade Federal do Paraná. Naquela Instituição, lecionou a disciplina que amava por mais de 40 anos e muitos guiou no caminho da geologia. Foi um verdadeiro iluminado na ciência, chegando a ser presidente da Mineropar - empresa do Governo do Estado, onde exerceu sua gestão com a mesma dedicação e empenho que o nortearam durante toda a sua vida.

Colaborou com o Paraná em inúmeras ocasiões - cidadão responsável, homem íntegro e de reverencial amor pelo nosso Estado, foi para todos nós uma grande referência. Cuidou sempre de alertar - desde as autoridades ao mais comum dos cidadãos - sobre a necessidade de preservação das águas e do solo. Mais que um técnico, era um visionário e temia pelo futuro da natureza do Paraná. Sobre esse assunto muito falou, muito fez, trabalhou sempre.

Riad Salamuni, um homem de coração generoso e desinteressado, um espírito privilegiado, uma vida voltada a construir o homem e o mundo de forma digna e útil para todos foi um grande exemplo para a nossa sociedade, para o nosso Estado e o nosso País. Merece esta homenagem que ora pretendemos lhe prestar, dando seu nome a um dos mais importantes marcos geológicos do nosso país - o Parque Estadual de Vila Velha, localizado no município de Ponta Grossa.

Que fique imortalizado ali seu nome, como uma justa homenagem àquele que muito serviu ao nosso Estado, com vontade de construir, disposição para preservar e, principalmente, amor ao Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 757/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedida a redução em 30% (trinta por cento) das alíquotas do ICMS incidente nas indústrias

que vierem a instalar em município de baixa renda, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contados da vigência desta lei.

§ 1º - Considera-se município de baixa renda, para fins desta lei, aquele cujo índice de ICMS ultrapasse os dígitos 03 (zero três).

§ 2º - O benefício fiscal previsto somente entrará em vigor na data em que for concedido.

Art. 2º - A isenção referida no *caput* do artigo anterior será concedida às empresas cujos projetos industriais tenham sido aprovados em acordos com os critérios estabelecidos pela Comissão de Interiorização de Indústrias, especialmente criada pela Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

Art. 3º - Na hipótese do município ultrapassar o índice do ICMS previsto no parágrafo 1º, do artigo 1º, cessará o benefício previsto no *caput* do referido dispositivo, ficando resguardados os direitos adquiridos pelas empresas beneficiadas por esta lei.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará, através de decreto, a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por fim incentivar as indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda no Estado do Paraná, com redução em 30% (trinta por cento) das alíquotas do ICMS.

Pelas disposições constitucionais o ICMS é imposto de conferência estadual, conforme pode ser constatado pelo art. 155, "b", da Constituição Federal.

Assim como, analisando-se a Lei Complementar Federal nº 24/75, que regula os convênios estabelecidos para o ICMS, vimos que o projeto em tela com ela se coaduna.

Outrossim, viria o projeto a concretizar o intuito desejado pelo legislador constituinte no § 8º, do artigo 34 da Magna Carta, quando faculta aos Estados fixarem normas para regulamentar provisoriamente a matéria não contemplada em lei complementar de que se trata o artigo 155, I, "b", mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, em 07 de janeiro de 1975.

Assim sendo, pelo exposto acima esperamos contar com o apoio dos demais Pares desta Casa para aprovação da matéria em tela.

PROJETO DE LEI Nº 758/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polo-

nesa no Brasil, de Almirante Tamandaré- Paraná, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré-Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2002

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil de Almirante Tamandaré-Paraná, foi fundada em 13 de setembro de 1992, sendo uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter assistencial e cultural, com sede à Av. Vereador Wadislau Bugalski, 370 - CEP 83.507-240 - Lamenha Grande - Almirante Tamandaré-Paraná.

O estatuto social da entidade está registrado sob o nº 592, do livro A-3, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Rio Branco do Sul, desde 02 de setembro de 1993, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ sob o nº 81.910.911/0020-10.

A Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil de Almirante Tamandaré-Paraná, tem por finalidade:

- representar em todas as oportunidades a comunidade oriunda da etnia polonesa no Brasil, perante as autoridades, instituições públicas e privadas;
- interpretar o pensamento, as aspirações e os reclamos da comunidade brasileiro-polonesa, reindicando através de todos os meios legais os interesses dessa comunidade;
- congregar as associações, clubes, sociedades ou outras organizações legalmente constituídas, cujas origens procedem da comunidade brasileira-polonesa, e/ou que se propõem a estimular e cumprir as finalidades previstas no estatuto;
- incentivar a permuta de conhecimentos ou atividades culturais, artísticas, científicas e desportivas entre o Brasil e a Polônia, bem como, proporcionar o intercâmbio com as organizações similares de outros países, obedecendo a legislação brasileira;
- estabelecer normas, fixar condições e coordenar a participação das entidades associadas e da própria comunidade nas festividades e promoções da comunidade polono-brasileira;
- incrementar e promover eventos artístico-culturais, científicos, desportivos e tudo mais que possa constituir documentário ou integração da cultura e tradições;
- incentivar e favorecer com os meios a seu alcance a pesquisa e a publicação de trabalhos técnico-científicos, artísticos e sócio-históricos;
- promover eventos que venham a dignificar as datas e fatos históricos conjunturais no processo civilizatório nacional;

- utilizar todos os meios de comunicação para alcançar os objetivos de divulgação das atividades e do acervo da comunidade;

- realizar e manter toda e qualquer atividade ou promoção que venha desenvolver, organizar ou aprimorar a comunidade.

Atualmente a Brapol de Almirante Tamandaré - Paraná, desenvolve inúmeras atividades, conforme consta no Relatório de Atividades, em anexo.

Devido as inúmeras dificuldades enfrentadas pela entidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, enquanto esperamos contar com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 759/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Alto Alegre da Comunidade do Bairro Cidade Alta, com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Alto Alegre da Comunidade do bairro Cidade Alta, do município de Medianeira, é uma entidade sem fins lucrativos, instituída com a finalidade de congregar todos os moradores do bairro citado, buscando a elevação da qualidade de vida dos associados, defender os direitos e interesses dos moradores, e promover atividades que tenham como objetivos a otimização dos padrões de renda, saúde, educação, recreação e esportes daquela comunidade.

Conforme se observa da documentação apensa à presente proposição, a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, na segunda-feira, dia 09, V. Exa. designou a data para homenagear o desembargador federal, Dr. Edgar Antonio Lipman Júnior. Qual será o horário desta homenagem?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será às 17h00.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, gostaria de aproveitar para convidar todos os deputados a estarem presentes aqui no plenário para prestar essa homenagem. Um desembargador federal que tem honrado o Paraná naquela Corte-Federal sediada em Porto Alegre.

Exatamente no dia 9 de dezembro, Guarapuava estará completando 183 anos. Naturalmente não é só uma homenagem ao desembargador Antonio Lipman Júnior, mas também ao povo de Guarapuava.

Quero convidar todos para que possamos render homenagens a um dos grandes ilustres paranaenses que se destaca na prestação de serviços na área da justiça federal sediada em Porto Alegre, ainda mais que ele tem sido um dos grandes defensores para a criação do Tribunal Regional com sede no Paraná, e mesmo tendo a orientação contrária dos demais colegas do Tribunal Federal.

Por isso é uma homenagem justa que merece a presença de todos os parlamentares no dia 9 às 17h00.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero reiterar o convite feito pelo deputado Nereu Moura para homenagear esse ilustre cidadão que receberá o título de cidadania honorária do Paraná.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, todos sabemos que estamos vivendo um momento que aponta na direção das mudanças. Assim foi com a vitória do Lula e do nosso companheiro Roberto Requião.

Quero registrar aqui a presença de alguns companheiros que vão disputar a eleição do Ceasa dentro da chapa "Ceasa para todos".

Estão nos visitando na tarde de hoje o senhor José Carareto, Volni José Vieira, o candidato à presidência Francisco Leite, o Itacir Beldecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os nossos cumprimentos aos companheiros do Ceasa, com quem tive a honra de poder trabalhar.

Não havendo oradores no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto às Lideranças do: PL, PSC, PSL, PPS, PDT, PT, PTB, PMDB, PFL, PSDB, Liderança do Governo e Liderança da Oposição.

(**Declinam**).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 2301, subscrito pela Procuradoria-Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei e respectiva justificativa, sobre a criação do cargo de oficial de promotoria nível I, para compor o quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. **À Diretoria legislativa para os devidos fins.**

Ofício nº 2638, subscrito pela Procuradoria-Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei e respectiva justificativa, sobre a incorporação ao vencimento básico do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a gratificação de assiduidade instituída pela lei nº 13.628, de 11 de junho de 2002. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Edson Strapasson, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Comissão Executiva constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Informo aos senhores parlamentares que, após a Sessão Ordinária, teremos uma Sessão Extraordinária, às 20h00 na cidade de Maringá.

Todos os senhores parlamentares estão convidados para essa Sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que complementa a Lei nº 4.763, de 05.01.63, alterada pela Lei nº 13.426, de 07.01.2002 (Pensão). **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLÊNÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLÊNÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 299/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 299/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, altera a redação da Lei nº

4.763/63, alterada pela Lei nº 13.426/2002, que trata de pensões de viúvas de ex-governadores.

Sob os aspectos da constitucionalidade e legalidade, emitimos nosso parecer favorável a emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 299/2002.

Sala das Comissões, em 26.11.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Eli Ghellere, Serafina Carrilho, José Maria Ferreira e Algaci Túlio.

Em votação o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovada.**

Ainda, Substitutivo Geral de Plenário de nº 01, de autoria do deputado Fernando Guimarães, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 299/2002

Art. 1º - O *caput* do artigo 2º da Lei nº 13.425, de 07 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o valor das pensões concedidas a viúvas de ex-governadores, com o acréscimo de parágrafos 1º e 2º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O valor das pensões de viúvas ou de companheira que comprove união estável como entidade familiar, ficam fixadas em 1/3 (um terço) da remuneração de deputados estaduais”.

§ 1º - No caso de falecimento da beneficiária ou mudança de estado civil, reverterá a pensão em favor dos filhos menores, não emancipados, e aos definitivamente inválidos ou incapazes, quando a invalidez ocorrer antes da maioridade.

§ 2º - No caso de falecimento de deputado estadual, em estado de solteiro, será devida a pensão aos filhos menores legalmente reconhecidos, obedecidas as exigências previstas neste artigo.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

Apoiamento:

Nelson Tureck, Luiz Fernandes de Silva Litro, Serafina Carrilho e Edson Praczyk.

O Projeto será encaminhada à CCJ.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece regime

fiscal do ICMS nas importações realizadas da Estação Aduaneira Interior de Maringá - Fadi. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 556/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, visa estabelecer regime fiscal do ICMS nas importações realizadas através da Estação Aduaneira Interior de Maringá - Fadi.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda apresentada em Plenário, somos de parecer favorável à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Algaci Tulio, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, José Maria Ferreira e Eli Ghellere.

Em votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu havia feito uma emenda a esse projeto, mas nós o estudamos, conversamos com a parte técnica e ele está em condições de ser votado, por isso retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

Está retirada a emenda do deputado Nereu Moura.

Está em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a proibir em todo o território do Estado do Paraná, as óticas de venderem lentes de contacto, coloridas ou de grau sem apresentação da receita de médico oftalmologista. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 692/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a incluir a Feira do Esporte, nas comemorações anuais da semana da cultura e do esporte. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de emissão da 1ª via da cédula de identidade, os alunos da rede pública de ensino estadual e municipal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CF.

Vamos votar, inicialmente, o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em discussão a emenda da Comissão de Finanças. Encerrada a discussão. Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que denomina Rodovia Estadual Prefeito Setembrino Thomazi e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que torna obrigatória a inclusão, no ensino público e particular, como conteúdo do ensino fundamental e médio da disciplina de “Prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substâncias causadoras de dependência química ou física”. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/2002, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi e Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a denominar “Luiz Ruaro”, a ponte sobre o Rio Chopim, que liga o município de Honório Serpa ao município de Pato Branco. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

Queremos, também, cumprimentar o nosso ex-companheiro e colega deputado Eduardo Baggio, que visita esta Casa, hoje. A nossa saudação ao amigo e colega!

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a tornar obrigatória a realização do teste de acuidade visual e auditiva na rede pública estadual de ensino e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CECE E CSP. COM EMENDA DA CF. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da Comissão de Finanças - **Aprovada.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a conceder termo de cessão de uso do imóvel que especifica, no município de Califórnia, à APMI - Associação de Proteção à Maternidade e Infância, desta municipalidade. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de nº 01, de autoria dos deputados Antonio Anibelli, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk e da deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 333/2002**

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 333/2002, passa a ter a seguinte redação, acrescentando-se, ainda, um parágrafo único conforme segue:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, através de termos de cessão de uso, ao município de Califórnia, o prédio localizado na Rua América, 186, da sede daquela cidade, de propriedade da Copel, para utilização da Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI”.

Parágrafo Único - A cessão de uso a que se refere este artigo, terá duração de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, havendo interesse entre as partes.

Sala das Comissões, em 04.12.2002.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ANTONIO ANIBELLI, HERMES FONSECA, NEREU MOURA E PASTOR EDSON PRACZYK

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, conforme determina o Regimento Interno, eu gostaria que V. Exa. determinasse que este projeto e os demais de doação ou cessão de uso de imóveis, também fossem para a Comissão de Terras.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Determino que volte à CCJ e depois à Comissão de Terras, conforme solicitação do deputado Nereu Moura.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção das Pequenas Hidrelétricas - PCH Burro Branco - PCH Foz do Turvo - PCH Pinhalzinho. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Registro o voto contrário da Bancada do PT, registrado pela nobre deputada Luciana Rafagnin.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/2002, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Paraná, exercício de 2001. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de outubro de 2002, conforme Resolução nº 15 de 19/06/92. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 207/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, institui o Código Estadual de Proteção aos animais.

Foi promovida diligência junto ao órgão estadual encarregado da política de meio ambiente em junho de 2001. Até o presente momento não foi obtida resposta.

Assim, considerando o disposto no artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal (competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição), bem como o previsto no artigo 6º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), “na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, os Estados elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente”, não resta dúvida que o estado pode legislar sobre a matéria.

Em razão do exposto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 207/2001.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 207/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.

É mais que oportuno e de extrema necessidade esse projeto de lei, uma vez que se constituirá em uma ferramenta de proteção aos animais, ainda ausente no

Estado do Paraná, que muito contribuirá para a ação de fiscalização dos órgãos competentes.

Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Representação Popular, com sede e foro em Piraí do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 140/2002, de 18/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 711/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Representação Popular, com sede e foro no município de Piraí do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 712/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Cristine - Asmojac, do município de Palmeira, deste Estado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 140/2002, de 18/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 712/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hudekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Cristine, com sede e foro no município de Palmeira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 26.11.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 713/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Instituto Tecnológico de Transporte e Trânsito - ITT, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/2002, de 18/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 713/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Tecnológico de Transporte e Trânsito - ITT, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 26.11.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 714/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Fundação Canal 21, com sede e foro no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 141/2002, de 19/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 714/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Fernando Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Canal 21, com sede e foro no município de Cascavel

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 26.11.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 749/2002, de autoria do deputado Hemas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Planejamento Natural da Família, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2002, de 02/12/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 749/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Planejamento Natural da Família, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 03.12.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 030/2002, de autoria da Comissão Executiva, que fica a Comissão Executiva autorizada, a determinar, através da Diretoria de Assistência ao Plenário, ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação, de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno à Resolução nº 159/90 de 28/12/90, que institui o Regimento Interno deste Poder Legislativo. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica a Comissão Executiva autorizada, a determinar, através da Diretoria de Assistência ao Plenário, ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação, de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno à Resolução nº 159/90 de 28 de dezembro de 1990, que institui o Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, em 03.12.2002.
(a) HERMAS BRANDÃO

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30/2002

P A R E C E R :

O projeto de resolução, objeto da presente manifestação é de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem por objetivo determinar, através da Diretoria de Assistência ao Plenário, ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação, de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno.

Procedida a análise da proposta, esta Comissão Executiva constata que nada existe, jurídica, legal e regimentalmente, que possa impedir a normal tramitação processual legislativa e a deliberação do soberano Plenário.

Nestes termos, manifestamos o parecer favorável, recomendando a aprovação da proposta.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.12.2002.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2614, de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2616, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2618 a 2620, 2623, 2624 e 2631, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2626, de autoria do deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2628, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2629 de autoria do deputado Edson Strapasson, com apoio dos deputados Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2630, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 286/2000; 073 e 287/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 711 a 714/2002 e 749/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 200, 535, 718 a 722, 725, 733 e 737 a 739/2002.

Convoco ainda os deputados para a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadania Benemerita do Paraná, ao Sr. Edgard Antonio Lippmann Júnior, a realizar-se segunda-feira, dia 09, às 17:00 horas.

Levanta-se a Sessão.